

MIDIATIVISMO AMBIENTAL: A BOIADA DE RICARDO SALLES NA AMAZÔNIA REAL

Environmental Media Activism: Ricardo Salles' oxen in Amazonia Real

Activismo mediático ambiental: el rebaño de Ricardo Salles em la Amazonía Real

Amanda Franco¹
Katarini Miguel²

Resumo

Propõe-se um debate entre as proximidades do conceito midiativista com a práxis do jornalismo ambiental e busca entender, no recorte apresentado, as práticas do coletivo Amazônia Real, na cobertura da crise do Ministério do Meio Ambiente, que resultou na renúncia do então ministro Ricardo Salles. Usamos da Análise de Conteúdo e aplicamos a caracterização com inferências no corpus, que nos revelaram abordagens acusatórias, de forte posicionamento político, que tentaram ampliar a problemática, mas com escassa cobertura do caso.

Palavras-chave: Midiativismo. Jornalismo Ambiental. Amazônia Real. Ricardo Salles. Política Ambiental.

Abstract

We intend a debate between the proximity of the media activism with the praxis of environmental journalism and seeks to understand how this is configured in the journalistic coverage, made by the media Amazônia Real, of the crisis in the Ministry of the Environment in Brazil. We used Content Analysis and applied the characterization with inferences that revealed accusatory approaches, with a strong political stance, which tried to broaden the issue, but with little follow-up to the case.

Keywords: Media Activism. Environmental Journalism. Amazônia Real. Ricardo Salles. Environmental Policy.

Resumen

Se propone un debate entre la proximidad del concepto de activista mediático con la praxis del periodismo ambiental y se busca comprender, las prácticas de Amazônia Real, en la cobertura de la crisis del Ministerio del Medio Ambiente en Brasil, que resultó en la renuncia del entonces ministro Ricardo Salles. Utilizamos el Análisis de Contenido y aplicamos la caracterización con inferencias en el corpus, lo que nos reveló enfoques acusatorios, con fuerte posicionamiento político, que pretendían ampliar el problema, pero con poca cobertura del caso.

Palabras-clave: Activismo Mediático. Periodismo Ambiental. Ricardo Salles. Amazônia Real. Política Ambiental.

¹ Jornalista e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGCOM/UFMS), Campo Grande – MS, Brasil. amandafranco1@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-8683-8503>

² Docente dos cursos de graduação em Jornalismo e no mestrado em Comunicação da UFMS (PPGCOM/UFMS), Campo Grande – MS, Brasil. katarini.miguel@ufms.br | <https://orcid.org/0000-0002-1030-0619>

“Passando a boiada”

A progressão e a pluralidade de recursos tecnológicos viabilizam a renovação das práticas jornalísticas e a emergência de discursos comunicativos em rede, que nos interessam quando configurados pela ótica do midiativismo (BRAIGHI & CÂMARA, 2018), visto que reiteram a compreensão do jornalismo alternativo, e despertam um forte potencial de mobilização e engajamento cidadão perante as questões noticiadas. Por meio do contexto de convergência, mudança e mobilidade, movimentos sociais, incluindo as propostas de mídias ativistas e independentes, surgem (ou se revigoram) no esforço de tensionar novas produções, narrativas e discursos jornalísticos. Constatamos, nesta perspectiva, uma proximidade com o conceito do jornalismo ambiental e levantamos o pressuposto de que as redes de perfil ativistas conseguem ampliar a disseminação de pautas socioambientais em um panorama mais contextualizado e pluralizado do que o retratado pelo arranjo midiático hegemônico.

Notamos que na gênese do jornalismo ambiental há um diálogo com os códigos midiativistas, no sentido de informar de maneira engajada, buscando por pluralidade de vozes ao tentar complexificar os fenômenos para além dos fatos (MIGUEL & FRANCO, 2020). Ambos prezam pela investigação, pela denúncia, a partir de um posicionamento proativo e propositivo. A concepção do jornalismo ambiental supera a ideia de uma cobertura centralizada apenas em questões relacionadas ao meio ambiente, ao chamado meio físico ou biológico. Para além disso, apresenta temas fundamentados em pontos de vistas distintos, de forma envolvida, vinculada com a promoção da qualidade de vida, assim como as propostas do midiativismo.

Em um primeiro mapeamento da nossa pesquisa mais ampla, por meio do levantamento a partir do Mapa do Jornalismo Independente da Agência Pública³, identificamos oito iniciativas pretensamente midiativistas que trabalham especificamente a temática ambiental. São elas: Envolverde, Conexão Planeta, Amazônia Real, Repórter Brasil, Ecodesenvolvimento, InfoAmazônia, #Colabora e O Eco. Constatamos que, apesar de não existir o autorreconhecimento - nenhum dos portais se intitula propriamente como midiativista -, se aproximam da proposta ao prezarem pela questão da independência editorial e financeira, produzirem conteúdos com abordagens, fontes e preocupações que não alcançam a mídia convencional e, sobretudo, marcarem posição política e envolverem o cidadão no debate sobre as problemáticas ambientais (MIGUEL & FRANCO, 2020). Avaliamos que a iniciativa que mais integra esta proposta é o portal Amazônia Real, criado em 2013 por um coletivo de mulheres, autodefinido como uma “agência de jornalismo independente e investigativo sem fins lucrativos que dá voz às populações da Amazônia [...] em especial daquelas que têm pouco espaço e visibilidade na chamada grande imprensa” (AMAZÔNIA REAL, 2021).

Constatamos a aposta em uma contra narrativa, pautada em vozes da comunidade como quilombolas, indígenas, ribeirinhos, com enfoque no jornalismo de opinião. Ademais, apresenta a perspectiva de gênero e pluraliza a pauta do movimento socioambiental e do ativismo de múltiplas bandeiras (Castells, 2013). Neste sentido, observamos também uma expansão nos temas abordados, que escapam das perspectivas mais tradicionais e esperadas - relativas à floresta amazônica - para enfatizar as necessidades dos povos tradicionais. Assim, reiteramos a estrutura

³ O mapa tem como objetivo listar iniciativas independentes no Brasil, de forma colaborativa, que produzem conteúdo jornalístico nativo digital e não estão vinculadas aos conglomerados de mídia, empresas e organizações. Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo>. Acesso em: 10 jun. 2022.

colaborativa, o engajamento do(a) jornalista, a transversalidade das pautas desenvolvidas, que se deslocam dos temas do meio ambiente natural, e pluralizam a cobertura e as próprias práticas jornalísticas com intervenções explícitas.

Isso posto, o presente artigo busca analisar o conteúdo da cobertura jornalística, realizada pela Amazônia Real, em um caso emblemático para a política ambiental do Brasil: a crise no Ministério do Meio Ambiente no primeiro semestre de 2021, desencadeada pela denúncia, em abril daquele ano, do ex-superintendente da Polícia Federal no Amazonas, delegado Alexandre Saraiva, contra o até então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. O ex-ministro foi acusado de dificultar a fiscalização ambiental e atrapalhar a investigação de organização criminosa que levou à maior apreensão de madeira da história⁴; 131 mil metros cúbicos de madeira, realizada em dezembro de 2020 no âmbito da operação *Handroanthus* GLO. Outras ações foram realizadas e mais de 200 mil metros cúbicos foram armazenados pelas autoridades federais. A denúncia relatada ao Supremo Tribunal Federal (STF) e os desdobramentos, como instauração de inquérito para investigar o ministro, resultaram na demissão de Ricardo Salles, em 23 de junho de 2021.

Apresentamos, na sequência, uma discussão conceitual sobre as características midiativistas, em consonância com o segmento de noções e práxis do jornalismo ambiental que nos ajudam na Análise de Conteúdo, conforme preceitos de Laurence Bardin, dos textos publicados pela Amazônia Real. Bardin (2004, p. 37) define esta metodologia como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que objetivam adquirir, “por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a

⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/12/operacao-da-pf-faz-a-maior-apreensao-de-madeira-da-historia.shtml>. Acesso em 10 jun. 2022.

inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. Tendo este horizonte, nos dedicamos a uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo extraído da comunicação, assim como sua devida interpretação. A escolha deste método se explica pela indispensabilidade de ir além e ultrapassar as incertezas provenientes de hipóteses, pela necessidade de enriquecimento da leitura, através do entendimento das respectivas significações e também pelo anseio de desvelar as possíveis relações que se constituem além das mensagens propriamente veiculadas. Nossa abordagem teve como intuito realizar deduções lógicas no plano das mensagens que resvalam no emissor. Para proceder a análise, levantamos os conteúdos que atravessavam a temática e, a partir do panorama quantitativo, selecionamos três textos principais da cobertura para a análise qualitativa que nos forneceram indícios como o forte posicionamento do jornalista, as adjetivações incisivas e a tentativa de complexificar a problemática ambiental.

Em tempos conturbados, vide a conjuntura da atual política ambiental do governo brasileiro, julgamos necessário um compromisso com a pauta ambiental, o que exige um olhar cuidadoso, sistêmico e comprometido com a defesa da vida em todas as suas proporções. Requer-se ainda engajamento, apuração e investigação, com a finalidade de desvelar métodos que ocultam interesses que causam prejuízos ao meio ambiente e à saúde da população em geral (GIRARDI, 2018). Nesta esteira, retomamos aqui, como recurso de ironia e também de ressalva, a tão reprisada declaração do então Ministro do Meio Ambiente, figura-chave do acontecimento midiático que nos propomos a investigar. "Precisa ter um esforço nosso aqui, enquanto estamos nesse

momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só se fala de covid, e ir passando a boiada, e mudando todo o regramento (ambiental), e simplificando normas"⁵.

“Mudando todo o regramento”: jornalismo ambiental e midiativista

As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) potencializaram as manifestações comunicativas e suscitaram a disseminação frenética e viral das ideias e percepções desses movimentos, coletivos e diferentes levantes que surgem conectados em rede de formas múltiplas, e se consolidaram como instrumentos poderosos a serviço do ativismo digital. “A tecnologia e a morfologia dessas redes de comunicação dão forma ao processo de mobilização e, assim, de mudança social, ao mesmo tempo como processo e como resultado” (CASTELLS, 2013, p.158).

Por meio dos avanços tecnológicos, cidadãos e ativistas se apropriam da internet, e conforme Cláudia Rodrigues (2018, p. 38), torna-se “factível traçar uma linha do tempo que se constitui a partir dos fóruns de discussão - e comunidades virtuais -, os e-mails, a blogosfera e o jornalismo digital cidadão e/ou alternativo impulsionado pelo movimento do software livre”. Estes ambientes virtuais constituídos por coletivos, grupos de discussão e comunidades que possuem interesses em comum, tornam real a comunicação compartilhada, a qual suporta uma sucessão de “ativismos que vai da distribuição de *hacks* à articulação de ações coletivas contra sistemas totalitários” (MALLINI & ANTOUN, 2013, p. 19-20), assim como a própria mídia é o movimento, o ente ativista.

⁵ Frase dita por Ricardo Salles na reunião ministerial de 22 de abril de 2020 e tornada pública por decisão do Supremo Tribunal Federal.

Jornalismo e ativismo se encontram e problematizam as nomenclaturas; que perpassam os espaços alternativos à mídia convencional. Mídias independentes, radicais, midialivristas e midiativistas. As duas últimas se encontram mais correlacionadas ao contexto temporal e ao advento tecnológico, porém se diferenciam nas intenções de luta. Enquanto o midialivrismo está centrado em pautas que passam pela democratização da comunicação, e a sociedade integra essas experiências, o midiativismo tem um caráter mais genérico; “pode se relacionar a qualquer causa” (BRAIGHI & CÂMARA, 2018, p. 29). Ele carrega de um lado, a função de informação, mediação, que se associa ao outro lado, de transgressão solidária (JORDAN, 2002 *apud* BRAIGHI & CÂMARA, 2018), com a ambição de alterar situações de contexto. Midiativistas são indivíduos que possuem uma vontade solidária, colocam em prática ações diretas transgressivas, intencionais e vislumbram as próprias competências de intervenção social sendo potencializadas, através de “um registro midiático que visa necessariamente amplificar conhecimento, espalhar informação, marcar presença, empreender resistência e estabelecer estruturas de defesa” (BRAIGHI & CÂMARA, 2018, p. 36).

Implantados na rede, ativistas expandem suas atividades tradicionais ou desenvolvem outras, com a finalidade de espalhar informações e reivindicações livres de mediação, esforçando-se em prol da mobilização para uma causa e organizando ações e protestos *online* e *offline*. As pautas são desenvolvidas de forma engajada, ativista, complementar aos debates em rede e à própria mídia convencional, atentas não apenas em apresentar causas e consequências, como propor resoluções e se apropriar delas, a exemplo das questões socioambientais, aqui centralizadas.

Enrique Leff (2009, p. 21) colabora em prol de uma racionalidade ambiental que compreende o ambiente não apenas como um “objeto complexo, mas que está integrado pelas identidades

múltiplas que configuram uma nova racionalidade, a qual acolhe diversas racionalidades culturais e abre diferentes mundos de vida”. O autor reflete acerca da epistemologia própria de um campo centrado nas questões ambientais, que busca dar sustentabilidade à vida, e estabelece um saber ambiental que “constrói estratégias de reapropriação do mundo e da natureza”. A complexidade ambiental constitui uma globalidade alternativa, uma convergência de mundos de vida que se encontram em constante processo de diferenciação, e se apreende por meio de uma sucessão dialógica de saberes, na interseção da ciência, da tecnologia e dos saberes populares. Fritjof Capra (2001, p. 14) ressalta que “vivemos hoje num mundo globalmente interligado, no qual os fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais são todos interdependentes” e aponta a visão ecológica como base para mudança social.

Cláudia Moraes e Eliege Fante (2018) ressaltam que conhecer e compreender a discussão acerca da sustentabilidade e da concepção do desenvolvimento sustentável, nos moldes dos paradigmas e racionalidades que estruturam a sociedade, é um ponto relevante para a produção de pautas que estejam alinhadas com o jornalismo ambiental, e entendem a emergência do paradigma ecológico como indutora do conceito de sustentabilidade. A partir dos fatos relativos à crise ecológica, este paradigma apresenta a impraticabilidade da destruição da natureza ao dispor de uma modificação da visão de mundo, por intermédio das concepções da ecologia e ecossistemas, com interdependência dos sistemas e relações mútuas. Ademais, aponta o dever de procurar harmonia nas relações existentes entre a sociedade e a natureza. As autoras compreendem a sustentabilidade como uma concepção em disputa devido à apresentação de sentidos distintos da palavra, apropriada por diversos setores sociais, na economia, política, entre outros, e pela utilização manipuladora de empresas que forjam controle ambiental e tecnologias

sustentáveis. “A problematização do conceito de desenvolvimento sustentável e a abertura à diversidade cultural, além de conhecimentos interdisciplinares em Ecologia, também nos possibilitam perceber as contradições de políticas públicas” (MORAES & FANTE, 2018, p. 63).

As questões que o ambientalismo direciona estão concatenadas à necessidade de estruturar uma cidadania para os desiguais, com ênfase na temática dos direitos sociais, às consequências provocadas pela degradação das condições de vida decorrentes da destruição socioambiental e à indispensabilidade de ampliar condutas focalizadas na sustentabilidade e na politização de riscos (JACOBI, 2007). Ilza Girardi (2018) destaca que o jornalismo ambiental deve colaborar para a disseminação de temas complexos e para a análise dos encadeamentos políticos, sociais, culturais e éticos. Este tipo de jornalismo “[...] procura desenvolver a capacidade das pessoas para participar e decidir sobre sua forma de vida na Terra, para assumir em definitivo sua cidadania planetária”. Estabelecer conexões que resultam em reflexão, dispor de diferentes fios que tecem uma realidade e espreiar seus aspectos, além de vislumbrar soluções e propostas são ações que não só refletem o bom jornalismo, mas também uma ecologia da experiência no espaço em que habitamos (SCHWAAB, 2018).

A mídia convencional aborda a questão ambiental ainda de maneira restrita, fragmentada, pouco contextualizada, privilegiando fontes e versões oficiais que hierarquizam a problemática. Além disso, reduz o conceito de meio ambiente muitas vezes à fauna e a flora, sem estabelecer as implicações sociais, econômicas e políticas interdependentes (MIGUEL, 2020; LIMA, 2015). Porém os fluxos comunicacionais não se limitam à atuação dos conglomerados midiáticos hegemônicos, visto que muitos grupos e coletivos desempenham estratégias de comunicação que alçam discursos mais preocupados perante o escopo socioambiental.

Acredita-se que o desafio primordial ao se adotar uma perspectiva interdisciplinar entre meio ambiente e comunicação é procurar restituir, ainda que de maneira parcial, o caráter de totalidade e de complexidade do mundo real dentro do qual e sobre o qual indivíduos e sociedade pretendem atuar. Essa tentativa pode ser bastante eficaz nesse momento, ou seja, diante do crescimento da diversidade midiática promovida pela evolução digital, estando aí também o aumento das potencialidades da comunicação para auxiliar no enfrentamento dos problemas socioambientais que se acumulam (LIMA, 2015, p. 81).

Com uma proposta de dilatar as funções do jornalista para o sentido do engajamento, o jornalismo ambiental “trabalha comprometido com a promoção da qualidade de vida planetária, a partir de uma diversidade de fontes, olha além das consequências, em busca das causas e soluções dos problemas ambientais” (BELMONTE, 2017, p. 119). Nesta perspectiva, cresce a necessidade de impulsionar a utilização de recursos e estratégias comunicacionais que assegurem a sua visibilidade na agenda pública.

Girardi (2018) aponta algumas características que revelam uma reportagem calcada no jornalismo ambiental: apresentação de uma visão sistêmica dos fatos; transmissão da complexidade dos eventos ambientais; contemplação da diversidade dos saberes, não se detendo a fontes oficiais; defesa da biodiversidade e da vida em sua plenitude, o que exige deixar a imparcialidade de lado e assumir sua função educativa, cidadã e transformadora. Nesta tentativa, apresentamos na sequência a análise da cobertura jornalística realizada pela Amazônia Real, veículo de perfil midiativista, no episódio da crise do Ministério do Meio Ambiente que acarretou na renúncia do então ministro Ricardo Salles.

“Precisa ter um esforço nosso aqui”: Amazônia Real em análise

Para entender as manifestações comunicativas do objeto, foi utilizada a Análise de Conteúdo, selecionando os textos no portal da Amazônia Real no período que abrange o mês de abril de 2021, quando o delegado fez a denúncia sob a obstrução de investigação por parte de Ricardo Salles, a julho de 2021, considerando um lapso temporal após a renúncia propriamente do ex-ministro, que ocorreu em 23 de junho de 2021. O levantamento dos conteúdos, de caráter quantitativo, foi feito a partir de duas etapas e nos trouxe pistas importantes. A primeira etapa consistiu em localizar todos os conteúdos publicados na editoria de Meio Ambiente no período citado, um total de 21 textos. Posteriormente, na segunda etapa, buscamos no sistema do site como um todo, usando da palavra-chave “Ricardo Salles”, e identificamos mais oito matérias em diferentes editorias, destas, uma em “Política” e sete na divisão “Povos Indígenas”. Na filtragem das 29 reportagens, constatamos que seis não faziam citação à Ricardo Salles e ao Ministério do Meio Ambiente diretamente; das 23 restantes, 14 mencionaram, mas sem relação com as investigações, portanto, nove abordaram especificamente a crise que nos interessa. O que nos revelou o primeiro indicativo: a pouca quantidade de textos abordando um episódio de tamanha dimensão.

Em linhas gerais, já apontando fatores para novas pesquisas, notamos que as publicações são de difícil enquadramento nos gêneros jornalísticos convencionais (informativo, interpretativo e opinativo) porque são estruturadas com opiniões, intervenções, dados contextuais e fontes de informação. Esta dificuldade em categorizar os formatos textuais do portal, que relativizam a objetividade e explicitam posicionamentos, refletem nos caminhos do midiativismo, que preza pela interferência direta do (a) repórter. Ainda que outro indício problematize este ponto: a pouca

quantidade de fontes de informação/entrevistados, em média dois citados diretamente, e muitas referências a outros espaços midiáticos. Tal constatação coloca em xeque a pluralização da pauta e limita o diálogo de saberes proposto pelo conceito de Jornalismo Ambiental. Dos 29 conteúdos da amostra, seis foram assinados pelo próprio portal, de forma institucionalizada – “por Amazônia Real” –, uma assinada em parceria com a Repórter Brasil⁶, e 22 por jornalistas colaboradores. Esta produção própria do e para o portal estava sempre encerrada pela biografia dos(as) autores(as), demarcando uma posição mais personalizada e o engajamento do(a) jornalista no tema, além de trazer *hiperlinks* para outros textos de mesma autoria.

Optamos por escolher três conteúdos mais significativos, dentre as que citam e possuem vinculação com os episódios que marcaram o primeiro semestre de 2021, para analisar dois eixos principais em diálogo com os conceitos do midiativismo ambiental: 1) a descrição das informações textuais, a partir do uso do vocabulário adjetivado/condenatório/incisivo e ou neutro e favorável; 2) a presença de recursos ativistas e tecnológicos com fins de mobilização na perspectiva midiativista. O corpus se compôs dos seguintes títulos: A boiada de Bolsonaro & Salles⁷; Como o governo Bolsonaro atuou em favor das madeiras na Amazônia⁸ e Porteiras abertas à destruição⁹.

O primeiro texto veiculado logo após a denúncia do delegado Alexandre Saraiva foi “A boiada de Bolsonaro & Salles”, em 20 de abril de 2021. A publicação é assinada por Lúcio Flávio Pinto, jornalista reconhecido, que possui um espaço próprio para a produção no portal, denominado A

⁶Organização Não Governamental brasileira independente, fundada em 2001 por um grupo de jornalistas, cientistas sociais e educadores, especializada em projetos sociais e comunicação. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

⁷Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/a-boiada-de-bolsonaro-salles/>. Acesso em 10 jun. 2022.

⁸Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/como-o-governo-bolsonaro-atuou-em-favor-das-madeiras-na-amazonia>. Acesso em: 10 jun. 2022

⁹Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/porteiras-abertas-a-destruicao/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Amazônia segundo Lúcio Flávio Pinto. Pinto (2021) começa contextualizando e explicando a operação *Handroanthus* GLO, descrevendo-a como “uma história tão rica em destruição da floresta que a própria árvore que deu nome ao país, o pau brasil, está ameaçada de extinção”. Na tentativa de retratar a dimensão dos danos causados, o jornalista recorre a exemplos que melhor representam os 131 mil metros cúbicos apreendidos: “para transportar todas as toras seriam necessários 6.243 caminhões. A madeira seria suficiente para a construção de 2.620 casas populares”. Os madeireiros são adjetivados como “piratas”, recebem a alcunha de “devastadores da natureza”, e suas práticas são ressaltadas como “grosseiras” e “do passado”; para os grandes extratores de madeira ilegal, destaca-se que “o método agora é mais sofisticado”, o que indica um tom de ironia aos mecanismos utilizados para extração ilegal.

A matéria aborda de que forma é realizada essa retirada, e revela a participação de agentes públicos, empresários e laranjas em um “esquema criminoso” que inclui pagamento de propina a funcionários de órgãos de proteção ambiental, para que permitam a extração da madeira por meio de “planos de manejo fraudulentos”. Ainda segundo Pinto (2021), “a reação dos madeireiros era esperada. Mas não a do ministro do Meio Ambiente”, se referindo com surpresa à conduta de Ricardo Salles, “em tese, o mais interessado em preservar a ameaçada floresta amazônica”. O uso da expressão “em tese”, normalmente colocada como algo que se supõe, dá a entender que o até então ministro demonstrou negligência dado a sua conduta no Ministério do Meio Ambiente: “Ricardo Salles, porém, não se constrangeu em ir aos locais da apreensão e posar para imagens de um indisfarçável lobby pela liberação da madeira”. Destacamos, neste sentido, o uso dos verbos *constranger* e *posar*, que conferem um tom pejorativo e de represália à atitude de Salles, e também

da expressão “indisfarçável lobby”, explicitando o interesse e a pressão de um grupo organizado, defendendo os interesses dos madeireiros.

O jornalista traz ainda o relato de Saraiva à Folha de S. Paulo, para evidenciar o espanto de um ministro que se manifesta contrário à preservação da floresta. Pinto (2021) finaliza a reportagem recordando a expressão “passar a boiada”, que se tornou pública quando Salles sugeriu em reunião ministerial de 22 de abril de 2020, que o governo de Jair Bolsonaro aproveitasse a crise com a pandemia da Covid-19 para flexibilizar as legislações ambientais. Visualizamos aqui a proposta de complementar o debate do *mainstream* midiático, mas a abordagem em si se vale de poucas fontes de informação e recorre aos próprios veículos hegemônicos.

Em “Como o governo Bolsonaro atuou em favor das madeireiras na Amazônia”, assinada por Fábio Pontes em 24 de maio de 2021, e publicada mais de um mês após a reportagem citada acima, notamos um conteúdo mais extenso, de maior profundidade e contextualização de informações. O texto começa apresentando outra operação, a Akuanduba, deflagrada no dia 19 de maio pela Polícia Federal, a qual expôs “um esquema criminoso criado nos comandos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), os órgãos responsáveis por combater essa ilegalidade”. Pontes (2021) discorre sobre a quebra dos sigilos fiscal e bancário de Salles, Eduardo Bim, presidente do Ibama, e outros servidores públicos, além de evidenciar que “todos os funcionários públicos investigados foram nomeados ou receberam cargos de chefia pela caneta do Ricardo Salles”, deflagrando a responsabilidade do então ministro.

O jornalista descreve Salles como “declarado inimigo da proteção florestal”, lembrando o termo “passar a boiada” proferido em 2020. Tal expressão é colocada em diversos momentos

durante esta reportagem (“não fosse a desconfiança do órgão ambiental FWS [Fish and Wildlife Service], a boiada de Salles teria passado”), inclusive, foi citada em ao menos mais cinco textos publicados no período observado; a repetição corrobora o status na fraseologia nacional, colocado posteriormente por Lúcio Flávio Pinto. Pontes (2021) afirma que “o que fica claro agora é que, naquele momento, Salles já atuava para facilitar a vida dos destruidores da Amazônia”, destacamos neste sentido, o uso condenatório e denunciante do adjetivo “destruidores”.

O texto continua explorando as informações da ilegalidade de exportação de madeira, os métodos utilizados pelos madeireiros e obtidos pelas investigações, as quais revelaram uma sucessão de situações conflitantes entre os servidores nomeados por Salles, e de que forma o governo Bolsonaro contribuiu para as ações citadas. A reportagem ainda apura informações com o relato de um ex-funcionário do Ibama não identificado. Destacamos aqui o esclarecimento do jornalista com relação ao anonimato da fonte, se posicionando de maneira explícita:

[...] é a forma encontrada por muitos servidores do Ibama e ICMBio para escapar do “clima de terrorismo” implementado por Ricardo Salles desde sua chegada ao MMA. Também há uma “lei da mordada” que impede contato destes servidores com jornalistas. Mesmo funcionários já aposentados ou não mais trabalhando para os órgãos federais têm receio de se expor ante as represálias (PONTES, 2021).

A narrativa enfatiza o posicionamento de Salles, o qual negou todas as acusações feitas pela Polícia Federal, e recebeu apoio do presidente Jair Bolsonaro, “em vez de ser afastado ou demitido” após a operação Akuanduba.

O texto “Porteiras abertas a destruição” foi veiculado no dia 26 de maio e assinada também por Lúcio Flávio Pinto, em sua coluna específica. O jornalista inicia o texto destacando e condenando, por meio de adjetivação negativa, a expressão “passar a boiada” de Salles, “que se incorporou à seção nefasta da fraseologia brasileira” e “serviu para mostrar em toda sua crueza, que o responsável pela gestão e preservação dos recursos naturais do país era como a raposa controlando o galinheiro”, usando de um dito popular para expressar a influência perniciosa do ministro. A publicação abusa dos adjetivos fortes que delatam, incriminam e denunciam a atuação de Salles, uma vez que assumiu a pasta do Ministério do Meio Ambiente, e de seu “chefão” e “capitão”, Bolsonaro:

[...] o que Ricardo Salles mais fez foi levantar todas as cercas legais para a passagem de madeireiros, fazendeiros, grileiros de terras, falsos desenvolvedores de projetos de manejo florestal e até mesmo garimpeiros individuais e explícitas ou dissimuladas empresas de extração de ouro. Uma boiada sem fim. Liberta das travas estatais, destruidora, selvagem, sanguinária (PINTO, 2021).

Destacamos ainda as frases assertivas do jornalista, que alega que o até então ministro manifestou causa oposta e contraditória àquela que seria congruente, coerente ao seu papel ministerial: “levando à prática as orientações do presidente Jair Bolsonaro, Salles agora pode ter sido flagrado ao cortar as cercas demarcatórias da legalidade para criminosos”. Pinto (2021) amplia o debate ao colocar que o caso não abarca apenas madeireiros que exportam, mas se estende a todas as frentes econômicas que perpassam por novas áreas na Amazônia e integra distintos tipos de sujeitos, dos quais os mais “agressivos no momento” são os garimpeiros, que exterminam áreas

“muito superiores às da época da garimpagem manual (agora são utilizadas máquinas pesadas, de alto valor) e, bem armados, já enfrentam forças federais, policiais e militares”.

Após a demissão de Salles, em 24 de junho, não houve publicação de conteúdos específicos que informassem ou mesmo analisassem a demissão do até então ministro, que foi apenas denominado como “ex-ministro do Ministério do Meio Ambiente” em publicações veiculadas posteriormente.

No que se refere ao uso de recursos tecnológicos e ativistas, observamos que, ao final de todas as matérias, além da biografia dos jornalistas, há opções de compartilhamento das reportagens pelo Facebook, Twitter e WhatsApp, o que evidencia a convergência entre plataformas, e caixa de comentários, mas não constam contribuições. Além disso, na sequência há o uso de diversas *Tags*, que direcionam para outras reportagens na temática em questão. Também constam hiperlinks para ampliação do conteúdo, a partir do próprio coletivo ou ainda para veículos convencionais como Folha de S. Paulo e página oficial do Governo Federal. Opções tímidas que não estimulam a mobilização ou mesmo envolvem usuários.

“Simplificando normas”: arremate

Ainda que o próprio coletivo Amazônia Real não se denomine e nem tenha essa pretensão conceitual, tarefa da pesquisa acadêmica, reconhecemos aproximações com as propostas midiativistas na abordagem do caso estudado e avaliamos positivamente a materialização do jornalismo ambiental. Vamos ponderar esses achados em breves pontos de observação que, reconhecemos, precisam ser ampliados para radicarmos conclusões.

A cobertura por parte da Amazônia Real do episódio que culminou na denúncia do ministro do Meio Ambiente e que envolvia diretamente o território centralizado pelo coletivo, foi bastante escassa, com apenas três textos abordando significativamente o tema e nenhum após a renúncia propriamente de Ricardo Salles, mesmo que todos os conteúdos analisados, de alguma forma, cobrassem por esse desfecho. Obviamente que essa limitação da cobertura (ou não cobertura) pode ser multifatorial, já que se trata de um espaço colaborativo, autônomo e sem a exigência do alcance factual. Não obstante, existe a lacuna em um episódio tão significativo que acarretou no afastamento do líder do Ministério. Para efeitos de comparação, contabilizamos na Folha de S. Paulo, veículo citado pelo coletivo, no mesmo período pelo menos 14 publicações sobre o tema, se estendendo para o mês de agosto, não contemplado no nosso corpus.

Inferimos que a preocupação do coletivo não foi em abordar as situações decorrentes das investigações desta operação em si, tampouco analisar os desdobramentos do caso. Contudo, grande parte dos conteúdos que quantificamos no período tratava de temas não menos importantes, que também perpassam os vieses socioambientais: o garimpo ilegal, o recorde de desmatamento, projetos de lei que flexibilizam o licenciamento ambiental, entre outros.

Entre os textos analisados, é perceptível a argumentação focada mais na opinião e menos nas fontes de informação; o intenso uso dos adjetivos pejorativos e denunciastas, e um forte posicionamento contra a atuação de Salles, visto como um “inimigo” da proteção ambiental. Também há tentativa de ampliação do acontecimento, contextualização e análise. Vimos aqui algumas das características elencadas por Girardi (2018), como a exposição de uma visão sistêmica dos fatos, o comprometimento com a defesa da biodiversidade e da vida em sua plenitude, a transmissão da complexidade dos acontecimentos ambientais, sem a preocupação com a

imparcialidade, em um movimento de explicitação do engajamento do jornalista, o que se aproxima do ideal do indivíduo midiativista.

Por outro lado, ainda que no plano do conteúdo, os textos sejam assertivos e explícitos na crítica, na forma, as possibilidades de se engajar no conteúdo e gerar algum tipo de mobilização, são diminutas. Não há estratégias multimídias, nem apostas mais convergentes e ativistas que transcendam as informações, como utilização de *hashtags* e ou peças virais, conteúdos colaborativos, presença no acontecimento (até por limitações impostas pela pandemia da Covid-19). Há poucos recursos como hiperlinks para complementação do tema e compartilhamento do texto nas redes sociais, além de fotos de abertura, e a biografia e foto dos jornalistas, que conferem a legitimidade da autoria e do posicionamento do autor. Lúcio Flávio Pinto que assina dois textos da análise, inclusive, é um experiente jornalista independente ambiental, desde 1966, ativista da causa amazônica e dos direitos humanos, autor de mais de 20 livros, vencedor de prêmios e presente na lista dos 100 jornalistas engajados pela liberdade de imprensa, da organização Repórteres Sem Fronteiras¹⁰. Ponderamos a função de informação e mediação do midiativista, alinhada à transgressão solidária, posto que, até pela própria experiência de Lúcio Flávio Pinto, deduzimos que o sujeito/jornalista/cidadão integra a luta pela preservação ambiental e vislumbra suas próprias aptidões de intervenção social sendo incrementadas.

Por fim, reconhecemos que a pesquisa deve avançar para entender as características destes portais independentes, que lemos como midiativistas; suas limitações, interesses e potencial para renovação (ou não) do jornalismo ambiental.

¹⁰ Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/lucio-flavio-pinto-passa-a-integrar-a-redacao-da-amazonia-real/>. Acesso em 10 jun. 2022.

Referências

Amazônia Real (2022). Site oficial. <https://amazoniareal.com.br>

Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo*. Lisboa: edições 70.

Belmonte, R.V. (2017). Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. *Revista Brasileira de História da Mídia*. 6(2), pp. 110-125. <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/viewFile/6656/3817>.

Braighi, A. A. & Câmara, M. T. (2018). O que é Midiativismo? Uma proposta conceitual. In: Braighi, A.A; Lessa, C.; Câmara, M. T. (orgs.). *Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática* (pp. 25-42). Belo Horizonte: CEFET-MG.

Capra, F. (2001). *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. Cultrix.

Castells, M. (2013). *Redes de Indignação e esperança – movimentos sociais na era da internet*. Zahar.

Girardi, I.M.T. (2018). Um semestre muito especial: o surgimento da primeira disciplina de jornalismo ambiental. In: Girard, I.M.T; Moraes, C; Loose, E.B. & Belmonte, R.B. *Jornalismo Ambiental: teoria e prática* (pp.13-24). Metamorfose.

Jacobi, P. (2007) Socioambientalismo. In Ricardo, B. Campanili, M (org). *Almanaque Socioambiental 2008* (pp. 461-468). ISA.

Leff, E. (2009). Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. *Educação & Realidade*. 34(3), pp. 17-24. <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/9515>.

Lima, M.V de et al. (2015) A comunicação ambiental e suas potencialidades no enfrentamento dos dilemas socioambientais. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. 0(34), pp. 74-85. Curitiba: UFPR.

Miguel, K. & Franco, A. (2020). Jornalismo e ativismo: mapeamento de Iniciativas Midialivristas Socioambientais. In: 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. *Anais 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. São Paulo: Intercom.

Miguel, K. (2020). Manifesto sobre as práticas comunicativas do Greenpeace Brasil e Instituto Socioambiental em cenários de tensionamentos. *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*, 0(144), 141-162. <https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/4262>.

Malini, F. & Antoun, H. (2013). *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina.

Moraes, C. & Fante, E. (2018). Sustentabilidade: do que estamos falando? Entender os paradigmas para complexificar a pauta. *In: Girard, I.M.T; Moraes, C; Loose, E.B; Belmonte, R.B. Jornalismo Ambiental: teoria e prática* (pp. 51-68). Porto Alegre: Metamorfose.

Pinto, L. F. (2021, abril 20). A boiada de Bolsonaro & Salles. *Amazônia Real*. <https://amazoniareal.com.br/a-boiada-de-bolsonaro-salles/>.

Pinto, L. F. (2021, maio 26) Porteiras abertas a destruição. *Amazônia Real*. <https://amazoniareal.com.br/porteiras-abertas-a-destruicao/>.

Pontes, F. (2021, maio 24). Como o governo Bolsonaro atuou em favor das madeireiras na Amazônia. *Amazônia Real*. <https://amazoniareal.com.br/como-o-governo-bolsonaro-atuou-em-favor-das-madeireiras-na-amazonia>.

Rodrigues, C. (2018). *Mídia Ninja: narrativas jornalísticas em disputa*. Insular.

Schwaab, R. (2018). Jornalismo, ambiente e reportagem ampliada. *In: Girard, I.M.T; Moraes, C; Loose, E.B. & Belmonte, R.B. Jornalismo Ambiental: teoria e prática* (pp. 69-85). Metamorfose.